

## **TURISMO E DESENVOLVIMENTO NA MICRORREGIÃO DE BANANAL - SP**

Moacir José dos Santos  
Fernando Hanaoka  
Monica Franchi Carniello

### **Resumo**

O artigo objetivou identificar as condições de realização do turismo na microrregião de Bananal, localizada no Vale do Paraíba Paulista, estado de São Paulo. O impacto da atividade cafeeira no século XIX legou para os municípios da microrregião de Bananal um patrimônio histórico propício para o desenvolvimento da atividade turística. Realizou-se uma pesquisa exploratório-descritiva com abordagem qualitativa de fontes documentais e entrevistas com gestores municipais. Constatou-se que os municípios são dotados de atrativos turísticos que revelam potencialidade para o planejamento integrado e articulado. Entretanto, a carência de políticas públicas dedicadas ao turismo em municípios com escassez de recursos técnicos e econômicos. Esse perfil compromete a efetivação do turismo como fator de desenvolvimento regional em razão da ausência de estratégias integradas entre os municípios da microrregião.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional; Turismo; Planejamento; Vale do Paraíba Paulista.

### **1 INTRODUÇÃO**

O Vale do Paraíba Paulista (VPP) experimentou forte crescimento econômico com a cultura do café durante o século XIX. A cafeicultura alterou significativamente o perfil econômico da região, que se tornou um dos principais vetores da economia brasileira. Nota-se que o desenvolvimento econômico do VPP produziu um legado histórico manifesto sob a forma de bens materiais como o patrimônio arquitetônico e bens imateriais como as festas populares, cujo conjunto apresenta o potencial de elevar a atividade turística e contribuir para o desenvolvimento regional. Especialmente na microrregião de Bananal, que apresenta um importante acervo de bens culturais materiais e bens culturais imateriais resultantes do apogeu da atividade cafeeira do século XIX.

No Brasil, novos destinos são sucessivamente explorados quanto ao potencial turístico, o que permite a criação de novas atividades e oportunidades de trabalho que contribuem para o desenvolvimento local e regional. O turismo provoca o desenvolvimento intersetorial em função do efeito multiplicador do investimento e da expressiva elevação que as atividades relacionadas ao turismo provocam (BENI, 1998).

Em concordância com essa perspectiva, o Ministério do Turismo mantém o programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, que traz nova perspectiva para o setor por meio de uma gestão descentralizada e estruturada pelos princípios da articulação, flexibilidade e mobilização, visto que a regionalização propõe a ampliação das ações centradas nos municípios (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2012).

O turismo propicia, enquanto atividade econômica, a possibilidade de estimular o desenvolvimento com a aplicação dos princípios correlacionados ao planejamento regional ou territorial. O aumento da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), eleva a demanda por emprego, repercutindo na redução da mão de obra subutilizada ou desempregada.

A reflexão sobre as conexões entre a realização das atividades inerentes ao turismo e o desenvolvimento regional correlaciona-se à necessidade de compreensão dos fatores que promovem a produção de oportunidades de emprego e geração de renda. A região do VPP possui importante dinamismo econômico, com destaque em vários setores da atividade industrial. Entretanto, a prosperidade econômica regional concentra-se as margens da rodovia Presidente Dutra - que liga as duas principais metrópoles do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro - na microrregião de São José dos Campos. Paradoxalmente, o VPP reproduz, em âmbito regional, as assimetrias econômicas e sociais que caracterizam a sociedade brasileira (VIEIRA e SANTOS, 2012, p.179).

A microrregião de Bananal é caracterizada por um desempenho econômico distinto dos polos de desenvolvimento do VPP. Esse cenário provoca a perda contínua de parte da população jovem, que busca oportunidades de renda e trabalho em outras localidades. O desafio que perpassa as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da microrregião é a produção das condições pertinentes à elevação da renda e do emprego nos municípios que a compõem. Neste sentido, o presente artigo discute como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento regional, principalmente com a presença de atrativos turísticos que tem o potencial de propiciar a geração de emprego e renda para os munícipes das cidades da microrregião de Bananal.

O pressuposto desse artigo fundamenta-se na possibilidade de o turismo propiciar perspectivas de inserção econômica aos moradores, ao introduzir novas funções e alternativas decorrentes, apresentando alternativas e ofertando uma opção social a ser considerada pela população local. Alerta-se, no entanto, que nem toda atividade turística amplia a qualidade de vida da população local, objetivo que será atendido dependendo do

modelo de turismo implementado e da articulação e participação de atores locais. Por isso a relevância de compreender como o poder público percebe a atividade turística, de maneira a situar a articulação entre turismo e desenvolvimento regional a partir da perspectiva dos gestores públicos.

A pesquisa apresentada no artigo objetivou identificar as condições de realização do turismo histórico na microrregião de Bananal, localizada no Vale do Paraíba Paulista, estado de São Paulo. Pressupõe-se que um diagnóstico turístico exige a realização de algumas etapas: identificação do patrimônio turístico de uma localidade ou região; identificação da estrutura receptiva local; demanda e imagem dos turistas; avaliação da hospitalidade e percepção dos moradores sobre a atividade turística; avaliação das políticas públicas e atuação dos gestores públicos municipais. Este artigo se limitou a realizar duas etapas do diagnóstico no município de Bananal: identificação do patrimônio turístico de uma localidade ou região, o que evidencia o potencial turístico da região estudada, e avaliação das políticas públicas e atuação dos gestores públicos municipais.

## **2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**

No Brasil, o setor de serviços atrai de modo progressivo a atenção dos governantes e demais autoridades responsáveis por planejar as políticas públicas dedicadas ao desenvolvimento regional. Com as recentes transformações que alteraram a composição da economia brasileira, o setor de serviços adquiriu importância estratégica para a formulação e a aplicação das políticas públicas correlacionadas à política econômica. O PIB de serviços no Brasil evoluiu de R\$ 155.415 milhões em 2000 para R\$649.622 milhões em 2012 (IPEADATA, 2012). Entretanto, a dimensão continental do território brasileiro implica uma diversidade regional significativa, que exige atenção das diferentes dinâmicas econômicas e sociais presentes no território nacional. A atenção às particularidades regionais, inclusive com a compreensão da própria diversidade presente no interior de cada região, possibilita a elaboração de políticas públicas voltadas à resolução dos obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico regional.

A avaliação da diversidade intrarregional permite o entendimento mais assertivo das diferenças entre as regiões. Para uma região desenvolver-se em relação à outra, deve-se considerar como fator essencial “a atuação de seus atores locais” (PUTNAM, 2005). Porém, a valorização dos atores locais deve ser acompanhada por uma compreensão aguda da

interação entre a dinâmica regional e o processo econômico nacional. A articulação entre o regional e o nacional permite compreender como o desenvolvimento regional se relaciona com as iniciativas de âmbito local quanto nacional ou mesmo internacional. Para a percepção do potencial de contribuição da atividade turística para o desenvolvimento regional é necessário contextualizar o turismo em relação às características da economia brasileira nas últimas décadas quanto ao setor de serviços.

Desde a década de 1960, sob a ótica de que os serviços equivalem a bens imateriais, e que não são apenas complementos dos bens materiais necessários para o crescimento econômico, realiza-se a discussão sobre a contribuição das atividades e ocupações de serviços para a dinâmica do processo de desenvolvimento. Esse debate decorre de proposições que podem ser agrupadas em três conjuntos de explicações para analisar o crescimento das atividades de serviços. A primeira explicação refere-se à avaliação das razões para as transformações relativas e absolutas do emprego no setor terciário. Esse conjunto de explicações atribui ao fenômeno da terceirização a responsabilidade por conduzir a constituição da denominada sociedade de serviços. A redução das oportunidades de trabalho nos demais setores da economia tornou o setor terciário responsável por absorver o excedente de mão de obra do setor de produção de bens (BAILY e MAILLAT apud KON, 2004).

O segundo conjunto de explicações compreende a terceirização como produto da redução relativa e absoluta do emprego no setor secundário, como consequência da aplicação de tecnologias mais produtivas (KON, 2004). Sob esta perspectiva o setor terciário integra os trabalhadores dispensados do setor secundário, e o capital é direcionado para o setor de serviços objetivando a exploração de novas oportunidades de lucro possibilitadas mediante a expansão das atividades do setor de serviços.

O terceiro conjunto de explicações destaca que a redução do emprego no setor secundário decorre da expansão do emprego no setor público, como consequência da elevação da demanda por serviços públicos (KON, 2004). A análise do terceiro conjunto permite detectar similaridade entre essa proposição e a história econômica recente das cidades industrializadas integrantes da Grande São Paulo, que reúne o município que é a capital do governo do estado de São Paulo e outras cidades a ela conurbadas, em especial os municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano, conhecidos popularmente sob a sigla ABC. As cidades que integram o ABC têm como característica comum nas últimas

décadas à redução da atividade industrial e a expansão do setor de serviços, com destaque para a ampliação do funcionalismo público.

As discussões relativas à ampliação do setor de serviços têm como característica a diversidade de abordagens e explicações para a ampliação da participação do setor terciário na economia brasileira. A diversidade de explicações evidencia a importância do setor de serviços para a economia nacional, inclusive seu potencial para estimular o desenvolvimento regional. Considerando que o turismo está inserido no setor de serviços, é legítimo vinculá-lo a uma atividade econômica em franca expansão no país.

O cenário brasileiro demonstra que a atividade turística conquistou relevância em comparação aos demais setores da economia nacional. Realizado a partir de políticas públicas integradas ao objetivo de efetivar o desenvolvimento regional, o turismo tem o potencial de colaborar de forma significativa para a redução das diferenças regionais e a elevação da qualidade de vida das populações de regiões brasileiras mais carentes. Essa contribuição pode ocorrer a partir de dois eixos. O primeiro é relativo à execução de obras de infraestrutura, incluindo transporte, saneamento, energia, entre outros, para estimular o fluxo turístico, dependente de meios de hospedagem e locomoção. E o segundo correlaciona-se ao planejamento da atividade turística em âmbito regional, integrando a fluxo turístico a exploração dos atrativos, o que implica em converter os municípios de uma determinada região em parceiros na efetivação do turismo (LAGE e MILONE, 2004).

A expansão do setor terciário e, conseqüentemente, do turismo implica a produção de novas possibilidades econômicas. Entretanto, a constatação desta nova dinâmica econômica não pode redundar em uma percepção ingênua das conseqüências da expansão do turismo no Brasil. Os benefícios do crescimento do setor turístico no Brasil podem ser alcançados com a organização de ações que integrem o setor público e a iniciativa privada para que a profissionalização da atividade implique a geração de emprego e renda para as populações das regiões em que a atividade turística pode se desenvolver. Sob esta ótica, é fundamental reconhecer o perfil da atividade turística relativa a cada região que apresenta potencial para expansão do turismo.

Hanai (2009) sistematiza as potencialidades que o turismo pode propiciar para um local ou região, com o enfoque no meio rural, dentre as quais se destacam: estimular a revitalização de áreas degradadas; recuperar e valorizar patrimônios históricos culturais materiais e imateriais; fomentar a criação e diversificar funções para a população local;

gerar aumento de renda para a população local a partir de atividades turísticas; gerar maior arrecadação de impostos e divisas.

## 2 METODOLOGIA

Para a elaboração desta pesquisa foi utilizado o método exploratório-descritivo com abordagem qualitativa. A metodologia da pesquisa envolveu o levantamento bibliográfico e documental, nas bases de dados públicas SEADE, Mtur, IBGE, DADE e entrevistas com coleta de dados por meio de entrevistas com gestores públicos e observação sistemática *in loco*, para fins de identificação do patrimônio. Considerando o escopo deste trabalho, definiram-se três formas de pesquisas empregadas no seu desenvolvimento – revisão bibliográfica, levantamento de dados documentais e pesquisa de campo.

O conjunto metodológico utilizado neste trabalho buscou concatenar um conjunto de atividades sistêmicas e racionais, proporcionando segurança e economia, em suas etapas correlacionadas (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 65). Este estudo foi delineado considerando entrevistas e observações dos atrativos turísticos da microrregião de Bananal, conforme parâmetros propostos pelo Ministério do Turismo. Os municípios de Areias e Bananal foram selecionados entre os municípios que compõem a microrregião por serem os municípios pelos quais passa a Caminho Novo da Piedade, o que imprime um potencial turístico de base histórica a esses municípios.

As entrevistas ocorreram nos municípios de Areias e Bananal no período de fevereiro de 2012 com os assessores e/ou Secretários de Cultura e Turismo dos municípios de Areias e Bananal, que integram a microrregião avaliada.

Justifica-se o desenho metodológico a necessidade primeira de identificar a existência de patrimônio que justifique uma orientação dos municípios da região para o turismo e identificar a perspectiva dos gestores públicos em relação ao turismo, etapas que permitem identificar uma potencialidade que pode ser estimulada como estratégia de desenvolvimento regional. É clara a opção dos autores para uma leitura inicial da pesquisa, que a posteriori poderá ser continuada com as etapas de identificação da estrutura de acesso ao patrimônio turístico de uma localidade ou região e entorno; identificação da estrutura receptiva local; demanda e imagem dos turistas; avaliação da hospitalidade e percepção dos moradores sobre a atividade turística;

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 Contextualização do lócus da pesquisa: Vale do Paraíba Paulista e a microrregião de Bananal**

O VPP foi uma região explorada desde o início da colonização. A presença portuguesa na região remonta ao início do século XVI. Nota-se que a região desempenhou importante função quanto à integração territorial no período colonial. Neste cenário, destacam-se as estradas reais, que surgem no final do século XVII, após as primeiras descobertas de ouro em Minas Gerais, foram ampliadas, melhoradas e dinamizadas durante o século XVIII em virtude da intensificação da circulação de riquezas no Brasil colônia (Toledo, 2009). No século seguinte, contribuíram para o escoamento de produtos agrícolas, especialmente do café. A construção de caminhos destinados ao transporte do ouro produzido no interior da colônia portuguesa na América, durante o século XVIII, deve ser entendida no contexto das preocupações da coroa portuguesa em manter rígido controle sobre o transporte de metais preciosos do interior da colônia para o litoral. Pretendia-se assim, fiscalizar o trânsito de pessoas, garantir a cobrança de tributos e desenvolver a política colonialista.

Os caminhos do ouro eram as únicas vias autorizadas para circulação de pessoas, mercadorias e transportes de metais preciosos. Por seu caráter oficial foram denominados de Estrada Real. Essas estradas possibilitaram a formação de uma rede viária unindo as capitanias de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, contribuindo para a organização do mercado interno. Partindo da cidade de Freguesia da Piedade, atual município de Lorena, o Caminho Novo da Piedade ligava a capitania de São Paulo a do Rio de Janeiro, por via terrestre, construída durante o século XVIII, para conduzir o ouro produzido em Goiás e Mato Grosso, desviando do litoral de São Paulo, evitando os perigos do mar e dos piratas, bem como realizar o transporte, evitar os extravios do ouro e facilitar as comunicações entre as duas capitanias. O caminho novo da Piedade foi o principal fator para a conquista e fixação do homem em grande trecho do médio VPP. Sem esse desbravamento o desenvolvimento da atividade cafeeira poderia ser obstruído em razão das dificuldades que a falta de um caminho adequado ensejaria. Os governos da Capitania de São Paulo ofereceram vantagens aos que se fixaram às margens do Caminho Novo. O

interesse não era apenas pela construção deste caminho, mas também na sua conservação (REIS, 1971).

A partir do século XIX o Vale do Paraíba passou por significativas mudanças. A produção cafeeira foi o motor destas transformações que resultaram em fortalecimento econômico e político regional. Com terras inexploradas e um clima favorável para a plantação de café, a região presenciou a multiplicação dos casarões dos barões do café e as transformações espaciais e urbanas decorrentes da expansão econômica propiciada com a cafeicultura. A força transformadora do café alterou o panorama demográfico, ambiental e cultural do Vale do Paraíba. Neste artigo aborda-se a sua área paulista, mas as mudanças atingiram todo seu território, que compreende parte dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Compreendendo áreas das futuras províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, e de São Paulo, a região permanecera relativamente desocupada durante o século XVIII, muito em razão da política de terras proibidas, promovida pela Coroa portuguesa para evitar o contrabando de ouro<sup>4</sup>. Em meados do século XIX, contudo, o amplo arco territorial que abrangia do município de Guaratinguetá (SP) ao de Cantagalo (RJ) fora convertido na zona econômica mais dinâmica do Império do Brasil; sua população escravizada, composta majoritariamente por africanos recentemente importados pelo tráfico negreiro transatlântico (ilegal desde 1831), tornara-se responsável pela produção de metade da oferta mundial de café (MARQUESE, 2010, p. 84).

Porém, o modelo de produção cafeeira assentava-se sobre bases não sustentáveis. O cultivo do solo ocorria de modo intensivo sem a aplicação de técnicas adequadas a preservação da fertilidade. Nas duas últimas décadas do século XIX a produção cafeeira do VPP declinou acentuadamente. No período final da produção cafeeira na região, de 1920 a 1935, a própria população do VPP decresceu como consequência da decadência definitiva da economia vinculada ao café (RICCI, 2006). Parte da mão de obra utilizada no cultivo cafeeiro da região do Vale migrou para as cidades do oeste-paulista, onde o cultivo do café tornou-se a principal atividade econômica. Naquele momento, a decadência da produção cafeeira no VPP e a ascensão desta atividade em outra região demonstram a lógica insustentável de um modelo que se pautava no uso intenso da terra, cujo esgotamento provocava o deslocamento do cultivo do café para terras inexploradas.

A decadência da cafeicultura no VPP não implicou na eliminação do patrimônio material produzido durante o período áureo desta atividade. Durante a expansão da atividade no VPP constituiu-se um conjunto arquitetônico ímpar, resultante do apogeu



vivenciado com a cafeicultura, que representava, simultaneamente, os valores da elite agrária da região e também as peculiaridades do processo de ocupação e exploração da terra.

As fazendas históricas do ciclo do café no VPP representam um legado arquitetônico e histórico impar para a compreensão da apropriação e transformação do espaço mediante a expansão de uma atividade econômica fundamental para a economia brasileira no século XIX. As complexas relações sociais articuladas no âmbito das fazendas históricas permitem a compreensão da tessitura histórica do século XIX por preservarem a articulação entre as representações culturais da elite do período e também dos mecanismos de sujeição e controle dos escravos. As tensões sociais refletiam-se no regime visual adotado nas sedes das fazendas e também nas demais edificações necessárias à organização e controle do trabalho escravo para o cultivo do café.

O legado arquitetônico resultante das atividades vinculadas à produção cafeeira encontra-se disseminado entre os municípios que compõe a microrregião como Bananal, Areias e São José do Barreiro. Essas cidades têm como característica a estagnação econômica, com índices de desenvolvimento inferiores as cidades industrializadas do VPP. Apesar de o VPP ser uma das regiões brasileiras com maior desenvolvimento socioeconômico, a microrregião de Bananal não usufrui de condições similares. A microrregião, além de apresentar indicadores de desenvolvimento inferiores à média do VPP, experimenta a perda de capital humano em razão da migração dos jovens que se qualificam para os polos de desenvolvimento regional, particularmente São José dos Campos e Taubaté (VIEIRA e SANTOS, 2012).

Os municípios que constituem a microrregião de Bananal são considerados pequenos quanto ao parâmetro população, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – População dos municípios da microrregião de Bananal

Municípios	População						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Arapeí	2550	2535	2528	2521	2506	2494	2482
Areias	3668	3684	3694	3691	3687	3695	3705
Bananal	10007	10062	10117	10161	10199	10219	10272
São José do Barreiro	4119	4117	4115	4100	4090	4078	4072
Silveiras	5617	5671	5711	5741	5768	5788	5831

Fonte: Fundação SEADE, organizado pelos autores, 2013.

A renda per capita dos municípios da microrregião de Bananal é baixa em comparação à cidade de São José dos Campos, principal polo econômico do VPP, cuja renda é 1,38 vezes superior em relação ao município de Bananal, que possui a maior renda per capita da microrregião pesquisada.

Tabela 2 – Renda per capita dos municípios em 2012

Município	Renda per capita (em R\$)	Salários mínimos
Arapeí	628,22	1,01
Areias	827,26	1,33
Bananal	1076,06	1,73
São José do Barreiro	1038,74	1,67
Silveiras	895,68	1,44

Fonte: Fundação SEADE, organizado pelos autores, 2013.

Os dados expostos na Tabela 2 demonstram que o baixo desenvolvimento econômico da região resulta de um longo processo de estagnação vigente desde a decadência da atividade cafeeira no final do século XIX, combinada a uma posição periférica no contexto do VPP.

### 3.2 Diagnóstico do potencial turístico da microrregião de Bananal e Areias

O Quadro 1 apresenta a identificação dos atrativos turísticos de Bananal e Areias, municípios selecionados como amostra dessa pesquisa. Tal diagnóstico é resultante da fase

de pesquisa de campo da coleta de dados, somada a informações que constam em dados documentais.

Quadro1: Identificação dos Atrativos Turísticos de Areias e Bananal

<b>Atrativos</b>	<b>Areias</b>	<b>Bananal</b>
<b>Atrativos no Centro Urbano</b>	Figueira Centenária Casario Colonial Prefeitura Municipal Sobrado do Monteiro Lobato Solar do Capitão Mor (atual Hotel Sant'Anna) Igreja Matriz de Sant'Anna Casa da Cultura	Igreja Nossa Senhora do Rosário Igreja Santana Igreja Nossa Senhora da Glória e Boa Morte Igreja Matriz Senhor Bom Jesus do Livramento Estação de Estrada de Ferro Pharmacia Popular Solar Manuel de Aguiar Valin Centro Cultural Carlos Cheminand Solar dos Andradas Câmara Municipal Casario Colonial Chafariz
<b>Atrativos Históricos</b>	Figueira Santana Fazenda Vargem Grande	Igreja São José do Retiro Fazenda Resgate Fazenda Bom Retiro Fazenda dos Coqueiros Hotel Fazenda Três Barras Hotel Fazenda Independência Hotel Fazenda Boa Vista
<b>Atrativos Naturais</b>	Represa do Funil Parque Nacional da Serra da Bocaina	Cachoeira da Onça Cachoeira Sete Quedas Estação Ecológica de Bananal

Fontes: Dados da pesquisa, 2012.

Devido à existência de atrativos naturais e históricos, constatados a partir de observação *in loco*, têm-se o primeiro indício de que o turismo caracteriza-se como uma atividade econômica possível, adequada à realidade da região.

Identificados os atrativos, faz-se necessário compreender a articulação que os municípios fazem para a promoção da atividade turística. O Quadro 2 apresenta as ações promovidas pelos governos municipais locais para incentivo ao turismo.

Quadro 2: Ações de Divulgação do Turismo

Ações promovidas pelas prefeituras como incentivo ao turismo	2010	
	Areias	Bananal
Implantação de postos de informações turísticas para atendimento gratuito aos turistas	sim	sim
Organização e promoção de feiras tradicionais e típicas, folclóricas e etc.	sim	sim
Distribuição gratuita de mapas do município, roteiros, informações ou outros materiais sobre atrações turísticas	sim	sim
Acesso gratuito a cadastro de hotéis, bares e restaurantes	não	não
Contratação de guias turísticos para orientar e acompanhar gratuitamente os turistas	não	não

Fonte: Adaptado de Fundação Seade, Pesquisa Municipal 2010, 2012.

Verifica-se que há fragilidades no que tange à divulgação da atividade turística dos municípios estudados. Segundo o Secretário de Cultura e Turismo de Areias, a sua administração tem realizado ações para a melhoria da atividade. O entrevistado explica que um dos caminhos encontrado por sua administração foram os encontros realizados uma vez a cada mês entre prefeitos e Secretários de Cultura do Vale Histórico, para depois serem encaminhadas as propostas por intermédio do Secretário Estadual de Turismo ao Governador do Estado de São Paulo. Tal iniciativa revela uma intencionalidade em pensar o turismo sob a perspectiva regional, e não apenas sob a perspectiva local.

Tomamos o maior cuidado e discutimos o melhor para o Vale Histórico, pois vivemos do turismo e temos a certeza que já melhorou muito, pois o turista quando chega a nossas cidades já tem boas qualidades tanto no mercado comercial como nos atrativos turístico de cada cidade. (SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO DE AREIAS, 2012).

A observação sistemática permitiu verificar que o município de Bananal não possui o Posto de Informações Turísticas gerenciado pelo município, e que as informações são fornecidas pela ABATUR- Associação Bananalense de Turismo, sociedade civil sem fins lucrativos, organizada a partir da iniciativa de munícipes voluntários, motivados pela indignação de não se ter uma área física nem profissionais da prefeitura que forneçam informações turísticas do município. Atualmente, a ABATUR tem sua sede em um prédio público por meio de uma parceria com a Prefeitura Municipal no centro da cidade, com

espaço para exposição e venda dos produtos criados pela associação dos artesãos dos municípios.

Tem-se como premissa que o município tem a obrigação de disponibilizar os serviços de informação, os turistas tem a necessidade de serem informados sobre os serviços existentes. Em Areias, o Posto de Informações Turística funciona normalmente.

Observou-se, também, a ação para formação das informações turísticas disponíveis nos sites das prefeituras. O município de Areias fornece informações sobre a história da cidade e do turismo com maior ênfase na representação do patrimônio histórico através de imagens. O município de Bananal oferece informações do turismo baseada em seu próprio folder, uma vez que a imagem do prospecto foi inserida no site, com um aspecto pouco atraente para o ambiente digital.

Quanto ao material impresso de apoio à divulgação das atividades turísticas, as informações sobre atrações turísticas são encontradas em um único folder em cada destino. Em Areias o folder está desatualizado em relação ao nome e imagem dos atrativos, também não há a distribuição de mapa de localização nos municípios.

Os municípios de Areias e Bananal não participaram da ação de contratação de Guias Turísticos para orientar e acompanhar gratuitamente os seus visitantes. Entretanto, algumas ações isoladas, realizadas em parceria com Instituições de Ensino, acabaram por fornecer mão de obra especializada local, mas sem nenhum compromisso por parte do setor público.

Verifica-se que as ações promovidas pelos municípios ainda são frágeis e carentes de um projeto turístico mais estruturado. Esta visão traduz o modo com que o turismo é praticado na região. Sabe-se que as prefeituras têm dificuldades em administrar o setor com poucos recursos, dependem apenas das verbas provenientes de um calendário de eventos ou Festas Culturais, realizados ao longo de cada ano, porém se não houver um plano para o desenvolvimento turístico, as cidades permanecerão desperdiçando uma oportunidade de fomentar o desenvolvimento regional por meio da atividade turística, posto que é um fato a existência de atrativos turísticos nos municípios estudados, com ênfase nos atrativos de cunho histórico.

Como demonstrado no Quadro 1, com os atrativos turísticos existentes nos municípios estudados, pode-se afirmar que o turismo configura uma possibilidade de estímulo ao desenvolvimento regional, principalmente quanto à geração de renda e emprego para a população local. O turismo como atividade econômica pode ser percebido a partir de

fatores que colaborem para a economia de um destino por meio de mecanismos como a demanda de empregos com a diminuição de mão de obra desempregada, a preservação de seus recursos naturais e histórico-culturais e principalmente no aumento de divisas com a prestação de serviços. Todavia, há que se ter cuidado para não pensar o turismo como único elemento determinante no processo de transformação da realidade regional. Além de se evitar o turismo predatório em seu principal produto, o espaço turístico, faz-se necessário planejá-lo como parte de um conjunto de políticas públicas dedicadas a efetivação do desenvolvimento, particularmente quando se busca a superação das carências de uma microrregião.

Observou-se que, ao considerar as semelhanças e especificidades entre as cidades analisadas, há potencial para o planejamento integrado e articulado do turismo. Porém, essa política pública integrada entre os municípios da microrregião é incipiente. Os municípios estudados não realizam ações conjuntas para aproveitar a potencial sinergia resultante do perfil similar dos respectivos atrativos turísticos.

O papel do Estado na organização do setor turístico é fundamental para garantir o desenvolvimento do turismo na localidade ou região, tendo como princípio a defesa dos interesses públicos (MAMBERTI, 2006). A ausência de políticas públicas contribui para que as comunidades das localidades relacionadas ao turismo não participem dos benefícios produzidos, embora sejam submetidas a todas as consequências da atividade turística.

A pesquisa dos atrativos turísticos nos municípios de Areias e Bananal permitiu a identificação das fazendas Figueira Santana, Vargem Grande, Resgate, Bom Retiro, Coqueiros, Hotel Fazenda Três Barras, Hotel Fazenda Independência e Hotel Fazenda Boa Vista. Desativadas, algumas abandonadas, outras transformadas em hotéis e/ou reconhecidas como patrimônio histórico cultural, não estão articuladas a um planejamento público voltado para estimular o desenvolvimento do turismo na microrregião. Nas duas cidades pesquisadas percebeu-se o despreparo das pessoas responsáveis quanto ao planejamento turístico e suas relações com a comunidade, apesar de um discurso institucional pertinente à intenção de realizá-lo.

A capacitação dos agentes públicos e privados relacionados à atividade turística pode ser a estratégia mais adequada à superação das limitações institucionais e políticas para a efetivação do desenvolvimento integrado do setor na microrregião de Bananal.

## CONCLUSÃO

A microrregião de Bananal foi cenário para o desenvolvimento econômico do país, tendo como motor o ciclo do café e os caminhos para escoamento da produção cafeeira e das riquezas minerais. Após a época áurea do café a microrregião entra em pleno declínio econômico. Porém, o turismo como atividade econômica pode ser relevante para o seu desenvolvimento, particularmente quanto à existência de um patrimônio histórico significativo. O turismo como atividade econômica pode colaborar para a economia da microrregião por meio de mecanismos que possam modificar seu quadro socioeconômico, tais como: a demanda de empregos com a diminuição de mão de obra desempregada, a preservação de seus recursos naturais e histórico-culturais e principalmente no aumento de divisas através da prestação dos serviços.

O turismo pode beneficiar os municípios que apresentarem propostas de benfeitoras às cidades por meio de recursos e programas que promovam seu desenvolvimento. Esses recursos são disponibilizados pelas esferas federal e estadual. Entretanto, é necessário ressaltar que as administrações municipais devem estar sanando os débitos contraídos com o governo estadual e federal para pleitearem os recursos destinados ao desenvolvimento turístico. Portanto, para que o desenvolvimento turístico resulte em desenvolvimento socioeconômico da microrregião de Bananal, são necessárias ações melhor articuladas coordenadas por um planejamento turístico estratégico, ainda inexistente na microrregião.

## REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos, **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

HANAI, Yuri Frederico. Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2009.

IPEADATA. **PIB serviços**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acesso em: 24 dez. 2012.

KON, Anita. **Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do Turismo**, São Paulo: Atlas, 2001.

MAMBERTI, Marina Moreno Sperandeo. **Planejamento regional do turismo no Vale do Paraíba**: estudo de caso na microrregião de Bananal – SP. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, v.18. p. 83-128, 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. 2012. Disponível em: <  
<http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>> Acesso: 07 nov. 2012.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

REIS, Paulo Pereira dos. **O Caminho Novo da Piedade no nordeste da capitania de S. PAULO**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1971.

RICCI, Fabio. A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba Paulista. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, n. 1, p. 21-34, 2006.

SEADE. **Perfil municipal. 2013**. Disponível em: <[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)> Acesso: 07 nov. 2013.

SILVA, Francisca de Paula Santos da. **Turismo em rede; uma teia de múltiplas relações**. Salvador: Faculdade de Turismo da Bahia, 2000.

TOLEDO, Francisco Soderio. **Estrada Real**: Caminho Novo da Piedade. Campinas: Ed. Alínea, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos Industrialização e desenvolvimento regional: política do CODIVAP no Vale do Paraíba na década de 1970. **Desenvolvimento Regional em Debate**, n. 2, p. 161-181, 2012.